



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SECRETARIADO EXECUTIVO**

NATALY SANTOS MONTEIRO

ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS DA GRANDE ARACAJU

São Cristóvão

2015/1

NATALY SANTOS MONTEIRO

ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS DA GRANDE ARACAJU

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Sergipe como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel em Secretariado Executivo

Orientadora: Ma. Flavia Lopes Pacheco

São Cristóvão

2015/1

NATALY SANTOS MONTEIRO

ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS DA GRANDE ARACAJU

Monografia apresentada como requisito à conclusão do Curso de Secretariado Executivo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 02/02/2016.

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^a Ma. Flávia Lopes Pacheco
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. Augusto Cesar Vieira Santos
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. Abimael Magno do Ouro Filho
Universidade Federal de Sergipe

“É do buscar e não do achar que nasce o que eu não conhecia”
(Clarice Lispector)

Dedico esta Monografia a minha avó Lindinalva e meus pais, fonte de incentivo e meu porto seguro sempre.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus por ter permitido chegar aqui.

À Prof.^a Flávia Pacheco, por tudo! Acreditar que era possível concluir, toda orientação, paciência, cuidado e dedicação para concretização deste sonho.

A todos os professores do departamento que ao longo do Curso de Secretariado Executivo expandiram meus conhecimentos através de suas experiências e saberes.

Aos meus pais, pessoas tão importantes na minha vida, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando a aprendizagem e não desistir dos meus objetivos. Amo vocês!

Ao meu namorado, Natanael Barbosa, por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando a concluir mais este trabalho. Obrigada por todos os momentos de paciência!

A todos companheiros de turma, em especial Ana Cristina, Fernanda e Marina pela torcida. Também as minhas amigas Aline Souza, Ingrid Mayara, Dyana Cecilia, Sandra Souza e Helaine Ramos pelas correções de texto e acreditarem na minha capacidade em concluir o curso, obrigada meninas!

RESUMO

A acessibilidade é um direito assegurado a todos os cidadãos, no entanto, ainda não são todas as instituições que a oferece. No presente trabalho propôs-se analisar as condições de acessibilidade em quatro museus localizados na grande Aracaju através das técnicas de coleta de dados de observação direta, entrevistas e pesquisa documental nas instituições escolhidas. Os métodos escolhidos têm por objetivo identificar as características da estrutura física e dos serviços oferecidos nos museus assim como, a preocupação de cada gestor com a oferta da acessibilidade ao seu público visitante. Apenas em dois museus foram encontradas condições de acessibilidade para receber deficientes físicos ou com mobilidade reduzida. Um único museu apresentou habilidade para comunicação entre pessoas com deficiência auditiva. Com relação à deficiência mental e visual nenhum apresentou condições para receber este público. Foi perceptível o desconhecimento de alguns quesitos de acessibilidade por parte de um representante dos museus investigados e em todos eles foi encontrado plano de melhorias na acessibilidade. A partir das análises dos dados obtidos foi feita a triangulação no intuito de se obter um resultado mais plausível a partir de três ângulos de investigação, concluindo-se que os museus não possuem plenas condições de acessibilidade a oferecer ao diverso público visitante.

Palavras chave: Museus; Acessibilidade; Gestão.

ABSTRACT

Accessibility is a right guaranteed to all citizens, however, are not all institutions that offer. In the present study proposed to analyze the accessibility conditions in four museums located in large Aracaju through the techniques of data collection from direct observation, interviews and documentary research in selected institutions. The methods chosen are intended to identify the characteristics of the physical structure and services offered in museums as well as the concern of every manager to offer accessibility to your visitors. Only two museums accessibility conditions were found to receive physical or reduced mobility impaired. A unique museum exhibited the ability to communicate between people with hearing disabilities. With regard to mental and visual impairment had no conditions to receive this public. It was noticeable the lack of some part for accessibility questions to a representative of the investigated museums and in all of them was found in the accessibility improvement plan. From the analysis of the data was made triangulation in order to obtain a more plausible result from three angles of investigation, concluding that museums do not have full access conditions to offer the diverse visitors.

Keywords: Museums; Accessibility; Management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	11
1.2 bjetivos.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Cultura	14
2.2 Acessibilidade	17
2.3 Gestão Cultural.....	17
2.3.1 Gestão de organizações culturais: museus.....	18
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 Coleta de Dados.....	26
4.1 Identificação dos Museus.....	28
4.1.1 Museu Histórico de Sergipe (MHS)	29
4.1.2 Museu de Arte Sacra de São Cristovão.....	30
4.1.3 Palácio-Museu Olímpio Campos.....	31
4.1.4 Museu da Gente Sergipana.....	31
4.2 Características de Acessibilidade.....	32
4.2.1 Acessibilidade de espaço.....	32
4.2.2 Acessibilidade de informação e atitudinal.....	35
4.3 Dificuldades e implantação de projetos.....	37
5 CONCLUSÃO.....	42
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	44
6 REFERENCIAS.....	45
APÊNDICE.....	48

1 INTRODUÇÃO

O termo museu tem origem latina da palavra *museum*, derivado do grego *mouseion*, que faz menção ao templo dedicado às musas filhas de Zeus com *Mnemosine*, deusa da memória. A primeira idéia do conceito de museu parte das coleções de membros de famílias ou instituições ricas onde o acesso era limitado a uma minoria de pessoas. Com a abertura do primeiro museu, Museu de *Louvre*, na França, o acesso passou a ser livre para todos. A partir deste período o museu passou a funcionar com intenção de atividade recreativa, cultural e educativa (FALCÃO, 2009).

No passar do tempo desenvolveu a sua atuação para à preservação, memória e patrimônio que guarda a identidade de uma sociedade. Assim, os gestores devem planejar, organizar, desenvolver e gerir essas organizações para seu diverso público, dentro da comunidade em que estão inseridos, a fim de democratizar os acessos e cumprir seu papel social. É dessa forma que a coordenadora acadêmica do MBA em Gestão de Museus, Kátia Marco que em matéria ao site Cultura e Mercado afirma: “A interação do público, a comunicação e a quebra de barreiras para a democratização dos acessos tornou-se uma vertente prioritária na museologia contemporânea”.

Para o Ministério da Cultura – MinC , essa democratização de acesso para à vida cultural é entendida como direito básico do cidadão. Tendo museus enquanto ambientes culturais, esta pesquisa pretende estudar as condições de acessibilidade oferecida pelos museus para o público visitante com necessidades especiais ou mobilidade reduzida. De acordo com o Decreto de nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, acessibilidade é:

(...) condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O interesse pelo estudo partiu de observações da pesquisadora enquanto estagiária em um museu da grande Aracaju, onde nesse período, foi possível

perceber que alguns visitantes do museu eram impossibilitados de fazer visitaço devido a dificuldades de acesso ao primeiro andar do prédio, lugar onde fica a maior parte do acervo exposto. Algumas vezes a pesquisadora também atendeu a ligaço de escolas com pretensão de realizar agendamento para visitaço, mas ao ser questionada sobre a existêcia de intérprete de libras, as escolas que possuíam alunos surdos não completavam o agendamento devido a ausência do profissional, indo contra a idéia inicial de acesso livre para todos.

Levando em consideração as questões acima apresentadas, a falta de trabalhos que embasem a acessibilidade na gestão de organizações culturais e a importância em aprofundar a discussão sobre a temática, o trabalho pretende responder ao seguinte questionamento central:

Quais as condições de acessibilidade para a inserção do público com necessidades especiais nos museus da grande Aracaju?

1.1 Justificativa

A acessibilidade aplicada à nova forma de gerir as organizações culturais tem caráter prático e de relevância social. Aqui se destaca a questão da inclusão social de pessoas com necessidades especiais, que tem o direito de participar livremente do meio cultural e usufruir de tais organizações.

No Estado de Sergipe, o campo de gestão de museus apresenta poucos estudos no que se refere ao tema da acessibilidade, bem como as práticas gerenciais para inclusão do público que dela precisa, assim, apresenta-se como um ponto de partida para que sejam realizados outros estudos dentro da área e através de publicações viabilizem maiores conhecimentos aos leitores sobre a acessibilidade dentro das organizações culturais.

Identificar as condições de acessibilidade em suas diversas formas (estrutura, comunicação, atendimento etc.) nas instituições culturais museológicas, assunto ainda pouco explorado na sociedade, torna-se relevante para os gestores do poder público responsáveis pela administração cultural, pois levará ao conhecimento da

atual situação e serve de base para formulação de políticas públicas de acesso aos bens culturais.

Também integra parte dos objetivos do projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Secretariado Executivo de acordo com a resolução nº 75/2006/CONEPE, ao qual a pesquisadora é graduanda, que tem por objetivo geral formar profissionais com conhecimento gerencial. E específicos, propiciar o desenvolvimento da cidadania por meio do conhecimento e novos conhecimentos de forma a ampliar a forma de atuação do profissional. Dessa forma, abre mais uma opção para futuros pesquisadores que queiram estudar a área de gestão cultural ou com foco na acessibilidade.

1.2 Objetivos

Definir os objetivos expõe com clareza o que se pretende alcançar com a pesquisa (ANDRADE, 2006). Abaixo estão apresentados os objetivos geral e específicos dessa pesquisa.

O objetivo geral se relaciona com a visão geral do tema que se propõe a pesquisa, e os fenômenos a serem estudados (LAKATOS, 2010). Neste projeto serão analisadas as condições de inserção de público com necessidades especiais nos museus da grande Aracaju.

Nos objetivos específicos está descritas as ações para atingir o objetivo geral aplicando-o a situações específicas (LAKATOS, 2010). São eles:

- Identificar quais são os museus existentes na grande Aracaju;
- Descrever as características de acessibilidade dos museus da grande Aracaju; e
- Analisar se a gestão dos museus possuem algum projeto de implementação ou melhoria de acessibilidade.

Com os objetivos traçados, torna mais claro os métodos a serem usados no desenvolvimento da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentado o embasamento teórico acerca do tema pesquisado para que possa correlacionar com os dados da pesquisa e fazer sua interpretação. Lakatos (2010), afirma que aqui aparecerão os elementos teóricos que fundamenta a pesquisa e definição dos conceitos empregados.

2.1 Cultura

Na sua etimologia a palavra cultura, de acordo com Bosi, apud Neto (2011) é de tradição grega e significa cultivar. No contexto atual compreende as áreas da cidadania, da educação e da política, comentadas adiante.

Ao se relacionar com cidadania podemos considerar cultura, como o conjunto de comportamentos de uma determinada sociedade que forma sua identidade social definição de Weefort, apud Goulart (2003). Porém, cultura não é universal e os seus direitos são pouco reconhecidos e desrespeitados afirma Brant (2009) que, em seu livro “O poder da cultura”, aborda o histórico das conquistas dos direitos culturais iniciados na Inglaterra em 1688 e na França em 1789 a partir dos movimentos revolucionários que resultaram na criação das leis de proteção ao patrimônio histórico e artístico e faz relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos criada para constituir culturas e modos, mas encontra-se desatualizada quanto a esses direitos. Goulart (2003) considera a cultura como parte essencial para a formação da identidade de grupos humanos e, que ela não se promove apenas pelo reconhecimento dessa identidade, mas através de práticas políticas. Essa política cultural, segundo Brant (2009), garante aos cidadãos em geral os direitos culturais através de uma nova forma de se pensar política.

A política cultural no Brasil é desenvolvida em âmbito federal pelo Ministério da Cultura - MINC, responsável também pela proteção ao patrimônio histórico e cultural. Criado em 1985, trabalhava em conjunto com a educação, em 1990 foi transformado em Secretaria de Cultura ligada à presidência da república e em 1992 volta a ser Ministério. Hoje, através da Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) onde é feito o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira expressa através de serviços e bens artísticos e

culturais articulados em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica (BRASIL, 2014).

A dimensão simbólica compreende todas as expressões das práticas culturais de todos os seres humanos, a exemplo o modo de vida, crenças religiosas, valores, rituais, etc. Na dimensão cidadã, Cunha (2007, p. 126) aponta como:

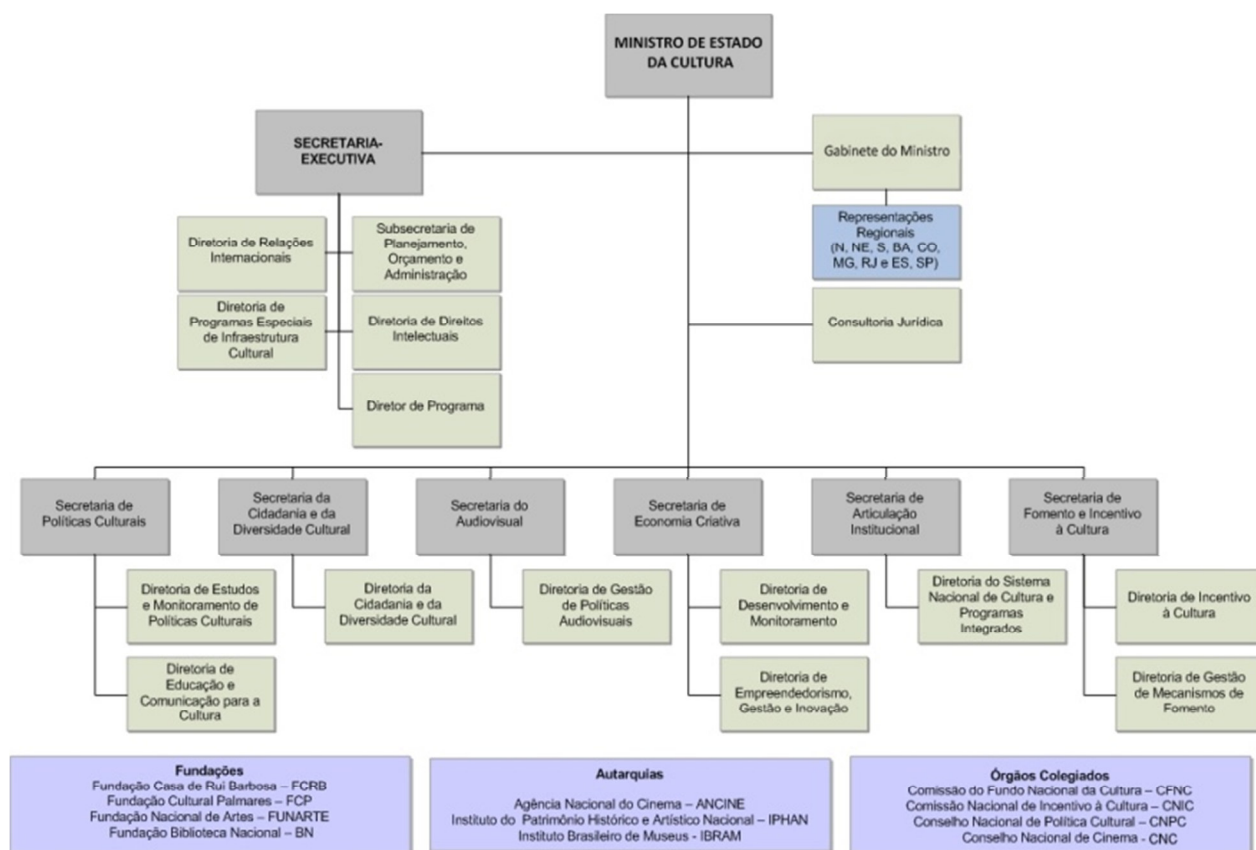
[...] um direito básico, envolvendo a produção, a difusão e a fruição de bens e serviços carregados de valor simbólico, advenham eles de artistas consagrados ou de qualquer indivíduo ou coletividade e que procure se expressar e participar da vida cultural de sua comunidade.

No entanto, ainda são insuficientes os recursos que possam garantir a democratização de acesso aos centros culturais. Uma das metas do PNC é a de número 28 que tem por objetivo o aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música e a de número 29, que tem por objetivo garantir 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. Ambas as metas tem o intuito de promover ações que garantam a democratização cultural. Já a dimensão econômica é vista como um vetor de desenvolvimento econômico e social através da geração de emprego e renda. Para o Ministério da Cultura:

A política de fomento e incentivo juntamente com a implementação do Plano Nacional de Cultura apoiarão de forma qualitativa o crescimento econômico brasileiro. Para isso, deverá fomentar a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. Inserida em um contexto de valorização da diversidade, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado.(BRASIL, 2009)

Em sua estrutura (Figura 1), o MINC possui seis secretarias que atuam em suas respectivas competências para a elaboração e implementação de ações que objetivam garantir o acesso da população às políticas e bens culturais, além do apoio de uma Secretaria Executiva.

Figura 1: Organograma do MinC



Fonte: BRASIL, Ministério da Cultura, 2015.

No que diz respeito a museus, a responsabilidade das ações de Política Nacional dos Museus e pela melhoria dos serviços do setor é do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão também vinculado ao MinC que sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

Desde 2003, quando se deu início a construção do PNC, também desencadeou o setor museal na composição da Política Nacional de Museus (PNM) onde se disseminou os princípios norteadores e eixos programáticos para a atuação de gestores públicos e privados do setor cultural. Nesse processo, os museus passam a ser “agentes de inclusão cultural, de afirmação de identidades de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico” (MINISTERIO DA CULTURA, 2010). Em 2006 e 2008 foram realizados novos

encontros sobre o PNM, foi então no 3º Fórum Nacional de Museus que se iniciou a integração de diretrizes específicas do setor museal nas diretrizes gerais do PNC. (MINISTERIO DA CULTURA, 2010).

A participação do Ministério se estende ainda na Educação, com o programa Educação e Cultura já criado em 2011 e em fase de implantação. O mesmo pretende desenvolver uma Política Nacional de Integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes como campo do conhecimento e dos saberes cultural como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

2.2 Gestão Cultural

Assim como outros campos de atuação, o setor cultural também possui um gestor, o chamado gestor cultural. A profissão vem buscando reconhecimento e identidade quanto ao perfil profissional desde o ano de 1980. Cunha (2007) identifica duas formas de ingresso neste campo profissional.

A primeira, por experiência adquirida no cotidiano durante a prática de gestor, gerando conhecimentos que serão estruturados mais a frente e inerentes a profissão, como ela chama, “um acontecimento por acaso”. Já a segunda se apresenta de forma mais estruturada, em um período de institucionalização pública da cultura e parcerias com iniciativa privada, ou seja, um momento de expansão do mercado cultural e por consequente também profissional. No início do século XXI, deu-se início a formação por meio de cursos sobre o fazer do gestor de cultura, momento que coincide com o processo de estruturação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão em regiões do Brasil (CUNHA, 2007).

Ainda assim, é preciso delimitar as funções e habilidade de competência deste profissional. Em pesquisa, Cunha (2007) identificou através de relatos de entrevistas algumas características: profissional estratégico capaz de planejar e gerenciar programas e projetos de instituições do campo cultural assim como desempenhar um elo entre os agentes culturais (artista, Poder Público, iniciativa privada e público consumidor).

A pesquisa de Cunha (2007), também apontou o setor cultural como interdisciplinar, onde é possível a aplicação do conhecimento de diferentes profissionais, mas também que tenha o conhecimento dentro do campo artístico. Ao definir gestão cultural Cunha (2007) apud Martinell (2003, p. 7) diz:

Gerenciar e Planejar não significa intervir na liberdade de expressão individual ou de grupos artísticos, mas sintonizar ideias, realidade e recursos para tornar mais eficiente e eficaz a ação proposta, *advistiendo en todo momento que lo gestionable en La cultura solo puede entenderse a la luz de lo no gestionable, ya que La libertad, la autonomía y La independencia de los procesos culturales no son gestionables.* (MARTINELL, 2003, p. 7).

Ou seja, administrar os recursos disponíveis em conjunto com as propostas culturais a fim de garantir uma gestão eficaz e produtiva.

Entende-se que por ser um setor multidisciplinar, o mercado não exige uma formação específica, o que dificulta o reconhecimento da profissão. Nesse aspecto Cunha (2007), sugere a criação de um código de ética profissional que sirva de regulador das atividades desenvolvidas no ambiente profissional.

2.2.1 Gestão de organizações culturais: museus

Ao falar de gestão, a maioria dos trabalhos de pesquisa estão voltados para o funcionamento das empresas que objetivam o lucro. Pouco é o olhar para a forma de gerir organizações sem fins lucrativos, como por exemplo, organizações culturais (museus, galerias etc.). As instituições museológicas acrescentaram algumas funções ao seu papel enquanto organização cultural. Junto a essa transformação surge o novo modelo de gestão dessas instituições.

Effie Vouraks em entrevista à “Cultura e Mercado” defende a importância da mudança na visão do papel do museu e o impacto que causam na vida das pessoas para o desenvolvimento do modelo de gestão. Toda gestão tem como funções básicas planejar, organizar, dirigir e controlar os processos da organização, conhecimento indispensável para a efetividade na implementação das políticas, programa e ações nas organizações culturais afirma Claudia Leitão em entrevista à “Cultura e Mercado”. Também fala da carência de profissionais com competência

relativa na área de gestão cultural uma das sugestões é o posicionamento das Universidades oferecer em seus cursos formador de gestores, pesquisas e extensão estudos dentro da área cultural.

Enquanto organização cultural, as instituições museológicas vêm assumindo novas funções ao seu papel. Junto a essa transformação surge o novo modelo de gestão dessas instituições através do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2010-2020, integrado ao Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído em 2010 na II Conferência Nacional de Cultura (CNC) especificado no Eixo V – Gestão e institucionalidade da cultura.

O Eixo 5 tem como proposta garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a implantação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação de investimentos na área (PNSM -2010-2020). Para atingir o objetivo foram definidas estratégias de consolidação do Sistema Brasileiro de Museus e seu Comitê Gestor que participam da gestão de políticas públicas voltadas para o setor museal e criar regulamentação do Estatuto dos Museus, assim como, sua aplicação nos museus brasileiros. Espera-se também que em 5 anos (até 2015) que 100% das instituições estejam adaptadas ao Estatuto dos Museus e dobrar o percentual de recursos disponibilizados pelo MinC para o setor museal (PNSM – 2010-2020).

Assim, percebe-se a importância em gerir os museus adequadamente. Para Mason (2004), o planejamento é uma parte importante de uma boa gestão, pois resulta em melhores serviços e maior eficiência, assim como na elaboração de um plano de desenvolvimento. Esse plano de desenvolvimento baseia-se na definição de Stuart Davies "Estabelecer uma visão clara de para onde o museu está se dirigindo e como chegará lá".

Mason (2004) também estabelece três princípios-chave para o planejamento:

- Estabelecer uma visão clara;
- Para onde o museu está indo;
- Como chegar lá.

Nesses tópicos se define a visão, missão e objetivos estratégicos de cada instituição, o qual Santos (2009) considera a ampliação e diversificação do público a

atual preocupação na missão dos museus e que para acontecer essa inclusão é necessário preparar fisicamente a sua estrutura e das equipes para uma adequada receptividade. Em seguida, são definidas as metas e objetivos, e por último, as estratégias, alocação e aplicação de recursos e o controle do desempenho de tais procedimentos.

Aplicar os conhecimentos teóricos do que o museu precisa junto a conhecimentos de gestão, como a prática de planejamento, ajudará na organização das atividades a serem desenvolvidas, assim como uma visão das novas necessidades e atual situação da instituição em relação ao seu ambiente de atuação.

2.3 Acessibilidade

A legislação sobre a acessibilidade é ampla, são 52 anos desde a primeira lei publicada no ano de 1962, que oficializou as convenções em Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas em Braille, hoje, o direito de ir e vir é garantido pelo artigo 5º, inciso XV da constituição de 1988.

Com base no censo de 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), 23,9% da população brasileira declara ser portadora de alguma deficiência, dado correspondente a 45,6 milhões de pessoas de um total de 190 milhões de brasileiros (IBGE, 2010). Pelo legislativo, é considerado pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida àquelas citadas no decreto de nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 no capítulo II, artigo 5º, parágrafo 1º, incisos I e II:

I – pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na [Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003](#), a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade

congenita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida e aquela que não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência e tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

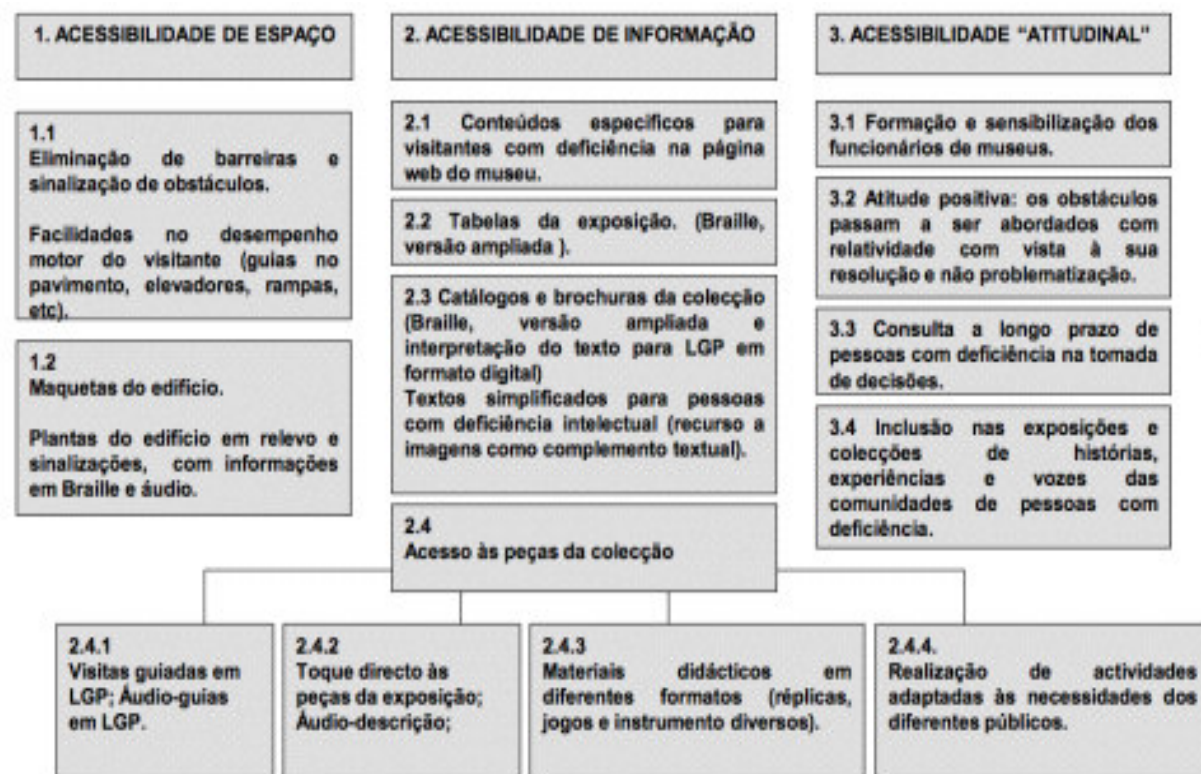
A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) publicou, em 2008, uma coletânea com a legislação federal brasileira de acessibilidade para essas pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Nela constam cinquenta e dois atos normativos, entre eles leis, decretos, resoluções, portarias, instruções normativas e a Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação da OEA, as Recomendações de Acessibilidade para a Construção e Adaptação de Conteúdo do Governo Brasileiro na Internet e a relação das Normas da ABNT sobre acessibilidade. Vale destacar aqui a importância da lei 10.098/00 - que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida – que orienta a meta de número 29 do PNC, a qual prevê 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais, já citada anteriormente.

Existem também outros órgãos federais como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que assegura todos meios livres de acesso às fontes de cultura e o pleno exercício dos direitos culturais através da captação e canalização de recursos e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos a Pessoa com Deficiência – SNPDP que atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência sendo integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em concordância com Martins (2013), a acessibilidade está agrupada em três conceitos: acessibilidade de espaço, acessibilidade de informação e acessibilidade atitudinal, conforme Figura 2 abaixo. Em cada categoria expõe

Em cada tipo de acessibilidade é colocado sugestões para aplica-las, tendo-se noção do conceito de cada e deixando para trás a ideia que acessibilidade está unicamente direcionada a cadeirantes.

Figura 2: Tipos de acessibilidade



Fonte: Martins (2013, p.5).

Outro conceito importante é o de barreiras, ou seja, qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. Essas barreiras podem ser classificadas segundo a instrução normativa nº 1 do ano de 2003 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como:

- Barreiras urbanísticas, aquelas presente nas vias e espaços públicos;
- Barreiras arquitetônicas existentes em torno e dentro de prédios;
- Barreiras no transporte, as presentes nos transportes de uso coletivo; e
- Barreiras de informação: as que dificultam a interlocução e se encontram nos meios de comunicação.

A partir destes conceitos é possível identificar o que representa uma barreira para que providências de eliminação sejam tomadas e não cause algum tipo de exclusão.

Para evitar a exclusão social, foram criadas, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 9050, normas referentes a parâmetros antropométricos (dimensões referenciais), comunicação e sinalização de espaços, acesso e circulação, sanitários e vestiários, equipamentos urbanos e mobiliários (de bens tombados, locais de reunião, de hospedagem, de lazer e esporte, escolas, bibliotecas, etc). Muito mais que a eliminação de barreiras para a acessibilidade, os espaços devem permitir às pessoas circulação em todos os sentidos, proporcionando a liberdade e independência, o contrário do que provoca a exclusão.

Santos (2009) em *Museus Inclusivos: realidade ou utopia?*, debateu a integração de pessoas com deficiência nas atividades e espaços museológicos, também investigou a criação e estabelecimento de condições necessárias a todos os cidadãos e almejou a consciencialização, promoção e reflexão da temática de inclusão de todos os cidadãos. Na sua investigação obteve que os museus investigados se programam e adaptam as atividades a serem realizadas para os públicos com deficiência, porém não se constitui prática contínua por parte da instituição. Mas, os mesmos se atentam as questões de acessibilidade a fim de conseguir a inclusão, pois se pretende conquistar o público para que ele volte e não mais uma mera visita.

O que ainda falta é um órgão que fiscalize a prática de acessibilidade, a fim de dar autonomia e incluir as pessoas que possuem deficiência ou dificuldade de mobilidade, conforme sugerem as leis brasileiras. Dentro desse contexto, a importância de se analisar tais questões dentro dos museus, que são espaços culturais e possuem em sua proposta acesso para todos.

3 METODOLOGIA

Para Gil (2010), a metodologia de um trabalho de pesquisa é o ponto em que são feitas referências aos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, ou seja, é neste capítulo que serão apresentadas todas as técnicas e processos utilizados para o alcance dos objetivos estabelecidos, a partir dos conhecimentos disponíveis. Já para Lakatos (2010), esse é o momento de fazer um planejamento de atividades ordenadas e lógicas e permitem a melhor garantia desses objetivos traçados.

Esta pesquisa está inserida na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas. O método de procedimento selecionado foi o estudo de caso, ele sucede do estudo intenso de poucos objetos que permita seu largo e detalhado conhecimento (GIL, 2010, p.37). Aqui serão analisadas as condições de acessibilidade existentes nos museus da Grande Aracaju, no entanto foi analisado mais de um caso sendo utilizado o método de multi-casos, que permite descrever e comparar a realidade de vários museus.

A pesquisa é caracterizada como descritiva porque busca descrever e analisar a realidade da organização no referente à acessibilidade. Segundo Vergara (2011), a pesquisa descritiva apresenta características de determinado grupo ou fato. Neste trabalho, são apresentadas as características da estrutura física do prédio investigado (acesso ao prédio, parte interna e exposições), as competências para atendimento ao público e a disponibilização da parte informativa (verbetes, placas, folders) ao visitante com deficiência ou mobilidade reduzida.

Trata-se também de pesquisa qualitativa, aquela que propõe analisar e interpretar os dados de forma mais detalhada (LAKATOS, p. 269). Apesar de possuir dados que podem ser analisados de forma quantificável, a pesquisadora não pode deixar de lado a sua percepção a respeito daquilo que é observado e foi por ela vivenciado durante o seu período de estágio em um dos museus pesquisados. Portanto, a subjetividade dos conteúdos observados também serão passíveis de análise.

A pesquisa foi realizada em museus da grande Aracaju, a fim de identificar a forma como eles gerenciam as questões relacionadas à acessibilidade do público

que frequenta suas instalações. Para à amostragem foi feita a pesquisa através do site da Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe (SECULT) e do Guia dos Museus e Memoriais de Sergipe produzido pela SECULT. Foram identificadas várias unidades culturais presentes no Estado de Sergipe, dentre elas 17 museus.

Dos museus identificados, foram selecionados quatro, dois da cidade de Aracaju: Museu da Gente Sergipana e Palácio Museu Olimpio Campos, e dois da cidade de São Cristóvão: Museu Histórico de Sergipe e Museu de Arte Sacra de São Cristóvão na cidade de São Cristóvão. Os dois primeiros museus foram selecionados por serem novos ou terem passado por reformas recentes, o que proporcionaria uma visão a respeito da preocupação com o acesso nestes museus. Já com relação aos dois últimos, foram selecionados por serem museus já antigos, localizados na cidade de São Cristóvão, recentemente considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, pela ONU, o que nos levou a entender que haveria também ao uma maior busca por acessibilidade.

3.1 Coleta de Dados

A primeira etapa foi a coleta de dados secundários, onde foram identificados todos os museus existentes no Estado de Sergipe, conseguido em novembro de 2014 através do Guia dos Museus e Memoriais de Sergipe produzido pela SECULT e disponibilizado à pesquisadora por um funcionário do Museu de Arte Sacra, em São Cristóvão. Informações secundárias extraídas da internet, como leis e história dos museus, além de revistas foram utilizadas não apenas para selecionar os museus a serem pesquisados como também para complementar informações obtidas nas observações e entrevistas realizadas.

Além disso, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas, adaptadas do questionário para verificação das condições de acessibilidade produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) encontrado no Relatório de Auditoria Operacional publicado pelo TCU. As entrevistas foram aplicadas nos quatro museus selecionados. Esta etapa do trabalho ocorreu entre novembro de 2015 a janeiro de 2016. Essas entrevistas foram realizadas com roteiro de perguntas pré-definido, mas a pesquisadora teve autonomia para fazer outras perguntas para o enriquecimento da investigação, conforme sugerido por Lakatos

(2010). As entrevistas foram realizadas em horário antecipadamente definido com os entrevistados (pessoas indicadas pelos gestores e que tinham conhecimento sobre a instituição). Nas entrevistas realizadas nos museus localizados em São Cristovão, as respostas das perguntas abertas foi permitida a gravação, a fim de se obter melhor conhecimento sobre a organização. As informações foram transcritas para melhor análise dos dados colhidos.

Também foi realizada observação direta, na qual, o pesquisador tem contato com o grupo pesquisado, mas sem integrar-se a ele (LAKATOS, 2010). Algumas análises realizadas tomam por base não apenas o que foi dito pelos entrevistados, mas também a percepção do pesquisador a respeito das respostas e de como elas foram respondidas.

3.2 Análise de Dados

A fase de tratamento de dados foi feita através da análise do conteúdo das entrevistas, em que a pesquisadora cruzou sua observação e com os dados obtidos na pesquisa documental. Essa triangulação enriquece a compreensão do pesquisador na interpretação dos dados.

Para Maxwell apud Azevedo et al. (2013, p.3), a triangulação evita conclusões erradas a partir de um único método, com ela se tem vários ângulos para uma conclusão mais plausível.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção foi feita a identificação de cada museu pesquisado através da pesquisa documental, seguido da análise das condições de acessibilidade oferecidas a cada tipo de deficiência (física, auditiva, visual e mental) ou para pessoas com mobilidade reduzida de acordo com a legislação, a partir dos dados obtidos nas entrevistas e observação. E, por último, as propostas de melhoria ou implantação de acessibilidade de cada instituição.

4.1 Identificação dos Museus

A partir dos dados secundários, obtidos, foi possível identificar a presença de 17 museus localizados no estado e distribuídos no quadro 1 abaixo:

Quadro1 Museus no Estado de Sergipe

Museu	Localização	Museu	Localização
Museu do Artesanato de Sergipe	Aracaju	Museu dos Ex-Votos,	São Cristovão
Museu Galdino Bicho	Aracaju	Museu da Policia Militar de Sergipe	São Cristovão
Museu da Gente Sergipana	Aracaju	Museu Aberto da Tartaruga Marinha	Aracaju
Palácio Museu Olimpio Campos	Aracaju	Museu de Arqueologia de Xingó- MAX	Canindé de São Francisco
Museu Médico de Sergipe “Dr. Augusto Leite	Aracaju	Museu do Capunga	Moita Bonita

Museu de Arte Sacras de Laranjeiras	Laranjeiras	Museu Histórico e Artístico Itabaiana Antônio Nogueira	Itabaiana
Museu Afro-Brasileiro de Sergipe	Laranjeiras	Museu Maestro Francisco Manuel Teixeira	Itabaiana
Museu de Arte Sacra de São Cristovão	São Cristovão	Museu Histórico de Sergipe	São Cristovão
Museu de Anatomia Humana Dr. Osvaldo Leite – UFS	São Cristovão		

Fonte: Pesquisa no Guia dos Museus e Memoriais de Sergipe (SECULT)

Como dito anteriormente, dentre esses museus, quatro foram escolhidos, Museu Histórico de Sergipe (MHS), Museu de Arte Sacra de São Cristovão, Museu da Gente Sergipana e Museu-Palácio Olímpio Campos com o intuito de realizar uma análise mais aprofundada acerca de suas condições de acessibilidade onde inicialmente, apresentaremos cada um em separado.

4.1.1 Museu Histórico de Sergipe (MHS)

O Museu Histórico de Sergipe (MHS) é a instituição museológica mais antiga do estado e remonta ao século XVIII. Fundado em 05 de março de 1960, encontra-se localizado na Praça São Francisco, em São Cristóvão, cidade de Sergipe. Tem a missão de salvaguardar a memória e identidade do povo sergipano representado nos bens móveis e imóveis que compõem seu acervo; desenvolver pesquisa, ação

educativa e conservação preventiva, promovendo um olhar crítico sobre a história de Sergipe e aprendizado do público visitante.

Em 2003 foi tombado pelo Estado como bem de valor e preservação através do Decreto N. 22.148, de 8 de setembro de 2003 e hoje faz parte das unidades administradas pela Secretaria de Estado e Cultura do estado de Sergipe (SECULT), que também conta com o apoio da Casa Civil do Estado e a Prefeitura Municipal de São Cristóvão. Atualmente é dirigido pelo senhor Sergio Lacerda, com formação em Gestão Pública que conta com o suporte de 11 colaboradores, sendo 4 estagiários do nível superior em diferentes áreas de conhecimento, 2 em nível médio e 5 funcionários públicos. A entrevista realizada na instituição foi feita com a assessora técnica Rosangela Reis, formada em museologia pela Universidade Federal de Sergipe e foi possível a gravação das perguntas abertas.

4.1.2 Museu de Arte Sacra de São Cristóvão

O Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, também está localizado na Praça São Francisco, em São Cristóvão, cidade de Sergipe. O prédio inicialmente funcionava um convento Franciscano até o ano de 1972 onde foi desativado e em 1974 foi reaberto como Museu de Arte Sacra, ficando a parte da igreja que era vinculada ao convento com funcionamento normal enquanto igreja. O Museu é considerado o terceiro maior museu de Arte Sacra do Brasil, ficando atrás apenas do Museu de Arte Sacra de Salvador que é o maior do país e o de São Paulo que é o segundo maior. O prédio foi tombado pelo IPHAN em 29 de dezembro de 1941 de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Proc. Administ. nº 13/85/SPHAN.

O museu é dirigido pela arquidiocese de Aracaju e tem como gestor o padre Genário, que conta com o apoio de 2 funcionários e 3 estagiários. Como o museu se mantém da renda arrecadada nas visitas, o salário dos funcionários é pago pelo Estado. A entrevista foi realizada com a senhora Rita, recepcionista do museu há 34 anos e as suas respostas foram gravadas.

4.1.3 Palácio-Museu Olímpio Campos

O Palácio Olímpio Campos, é considerado um dos mais importantes patrimônios do estado de Sergipe, foi idealizado na época do Brasil Império, onde funcionaria como sede do Governo do Estado e residência do governador na capital sergipana. As obras de construção que iniciaram em 1859 foram concluídas em 1863 na presidência do Dr. Joaquim de Mendonça. Em 1954, através da Lei nº 575, o Palácio Provincial foi denominado “Palácio Olímpio Campos”, em homenagem ao jornalista, professor e sacerdote Monsenhor Olympio de Souza Campos, que mais tarde em 1985 foi tombado através do decreto nº 6.818 de 28 de janeiro, por ser um dos mais significativos monumentos da arquitetura oficial e importante referencial da história política e da cultura sergipanas.

Em 2010, através da lei estadual de nº 6.874 de 11 de janeiro de 2010, o Palácio foi transformado em palácio-museu que tem como unidade administrativa integrante e vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC. Atualmente o museu conta com 49 colaboradores, sendo 09 deles estagiários nas áreas de letras, museologia, história e jornalismo e 40 funcionários. Na direção administrativa está Alberto Araújo, formado em Administração e na coordenadoria de acervo museológico Izaura Ramos, formada em Museologia. A entrevista neste, foi realizada com o coordenador de museologia Romário Rodrigues que, ao apresentar dúvidas em algumas perguntas solicitou que estas fossem respondidas pela coordenadora Izaura.

O museu promove a preservação do patrimônio, que o utiliza para fins culturais e didático-pedagógicos. Nele é desenvolvido o projeto Palácio-Museu Olímpio Campos, em que o público tem acesso história política e cultural do monumento e da República de Sergipe e dispõe dos serviços de guia para visitação, curadoria, pesquisa, documentação histórica, cafeteria e livraria etc.

4.1.4 Museu da Gente Sergipana

O Museu da Gente Sergipana funciona no antigo prédio do Colégio Atheneu Pedro II. O prédio foi fundado durante a Província Sergipe Del Rey e o então colégio

passou a funcionar no ano de 1926 à 1950 quando foi transferido para um prédio maior e ficou conhecido como Atheneuzinho. Após a transferência, o prédio passou a ser sede de vários órgãos públicos até o ano de 1996 quando foi desativado. Em 1985 o prédio foi tombado através do Decreto nº 6.820, de 28 de janeiro de 1985. Em 2009 passa a ser de responsabilidade do Instituto Banese, instituição que administra o Museu da Gente Sergipana.

O Museu da Gente Sergipana foi o projeto vencedor do Prêmio "O melhor da arquitetura 2012" na categoria Restauro. O prêmio é promovido pela Editora Abril, através da Revista Arquitetura e Construção. Hoje o museu tem como presidente Fernando Mota e Diretor Superintendente Ezio Déda e conta com uma equipe de 15 educadores para orientação ao público. Entre os seus objetivos, está o aumento do público visitante em 20%, a disseminação e promoção de ações artísticas e culturais.

Para realização da entrevista foi entregue um ofício direcionado ao superintendente Ezio Deda, o qual autorizou a pesquisa, no entanto, esta autorização foi perdida pela instituição e houve grande dificuldade de acesso. Considerando o tempo para fazer a pesquisa, a análise dos dados foi feita através de pesquisas em sites, observação direta e em entrevista realizada com os funcionários do museu sem um agendamento prévio durante visitação e sem grava o das respostas.

4.2 Características de Acessibilidade

4.2.1 Acessibilidade de espaço

No **Palácio-Museu Olímpio Campos** a circula o apresentada   acessível para as pessoas com deficiência física da rua ao prédio. Para a entrada e acesso a algumas salas, o palácio-museu dispõe de rampas móveis em bom estado de conserva o e que permite a circula o de uma pessoa em cadeira de rodas sem que seja preciso a ajuda de terceiros. O balcão para atendimento possui altura inferior a 0,90m, no entanto não possui o recuo da parte frontal para a aproxima o do cadeirante. Os corredores utilizados pelos usuários de serviços atendem a

largura mínima de 1,50m o que permite a livre locomoção de uma pessoa em cadeira de rodas.

O atendimento aos usuários é feito em dois pavimentos: térreo e superior. Para acesso ao primeiro andar, temos o elevador e as escadas com corrimão em ambos os lados. No elevador são ausentes corrimãos fixados nos painéis laterais e de fundo na cabine do elevador, assim como a identificação do pavimento em Braille como previsto na NBR 13994 da ABNT. No entanto, possui a indicação sonora de que andar o elevador parou e a direção ao qual está se deslocando.

A instituição possui banheiro acessível com barras de apoio no fundo e na lateral do vaso obedecendo a NBR 9050, porém as portas não possuem maçanetas do tipo alavanca, são do tipo ferrolho exigindo do usuário firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento que em alguns casos pode não está capaz para tais ações. No que diz respeito à sinalização em Braille ou em fonte ampliada e piso tátil para pessoas com deficiência visual, o palácio-museu não possui em nenhum ambiente interno ou externo ao museu.

No **Museu Histórico de Sergipe** há barreiras urbanísticas, aquelas presentes nas vias e espaços públicos, em seu local de acesso. Para entrada, é identificada mais uma barreira, os degraus, não sendo disponibilizado nenhuma rampa móvel ou outro acessório que traga independência ao visitante cadeirante. O balcão para atendimento a pessoas em cadeira de rodas possui altura inferior a 0,90m, no entanto não possui o recuo da parte frontal para a aproximação do cadeirante. Os corredores utilizados pelos usuários de serviços atendem a largura mínima de 1,50m com exceção do corredor que viabiliza o acesso ao banheiro, mas que permite a circulação de uma pessoa cadeirante.

O atendimento aos usuários é feito em dois pavimentos: térreo e superior. Para acesso ao primeiro andar só é possível através da escada que não possui corrimãos, pois, a instituição não dispõe de elevador ou rampas que permitam o acesso a cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. O museu também não dispõe de sinalização tátil, em Braille ou fonte ampliada para as pessoas com deficiência visual. A instituição possui banheiro acessível com barras de apoio no fundo e na lateral do vaso obedecendo a NBR 9050, porém as portas não possuem maçanetas do tipo alavanca, são do tipo ferrolho.

Já no **Museu de Arte Sacra de São Cristovão**, há também barreiras urbanísticas. Da mesma forma que o Museu Histórico de Sergipe, na entrada há degraus e nenhuma rampa móvel ou outro acessório que traga independência ao visitante cadeirante ou com mobilidade reduzida. Os corredores utilizados pelos usuários de serviços, de acordo com a entrevistada, atendem a largura mínima de 1,50m. No entanto, apesar da pesquisadora não ter realizado a medição dos espaços, há uma percepção de que em alguns ambientes, a largura é visivelmente inferior ao espaço necessário à passagem de uma cadeira de rodas.

O atendimento aos usuários é feito em dois pavimentos: térreo e superior. O acesso ao pavimento superior é feito através de escadas com corrimão em apenas uma das laterais, pois, a instituição não dispõe de elevador ou rampas para acesso de pessoas cadeirante ou com mobilidade reduzida. Em acesso ao primeiro andar é presente um piso desnivelado com vários degraus, lá também se encontra o banheiro acessível que não possui maçanetas do tipo alavanca, mas com as barras de apoio no fundo e na lateral do vaso obedecendo a NBR 9050. No entanto, é impossível o acesso do cadeirante devido às barreiras presentes até chegar nele. O museu também não dispõe de sinalização tátil, em Braille ou fonte ampliada para as pessoas com deficiência visual.

Na observação ao **Museu da Gente Sergipana**, a circulação apresentada é acessível para as pessoas com deficiência física da rua ao prédio. Para acesso o museu dispõe de rampa fixa na entrada. O balcão de atendimento visivelmente possui uma parte mais baixa sendo possível o atendimento a cadeirantes.

O museu possui dois pavimentos para visitação. O térreo para as exposições temporárias e o primeiro para exposições fixas. Para acesso ao primeiro pavimento temos como opção as escadas com corrimões em ambos os lados e o elevador que possui corrimãos fixados nos painéis laterais e de fundo na cabine do elevador e também a indicação sonora de que andar o elevador parou e a direção ao qual está se deslocando possui indicação sonora de deslocamento e em Braille dos andares assim como, a identificação do pavimento em Braille como previsto na NBR 13994 da ABNT.

Os corredores utilizados pelos usuários de serviços é perceptível largura adequada para livre locomoção de uma pessoa em cadeira de rodas. A instituição

também possui banheiro acessível com barras de apoio no fundo e na lateral do vaso obedecendo a NBR 9050, porém as portas não possuem maçanetas do tipo alavanca, exigindo do usuário firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento que em alguns casos pode não está capaz para tais ações. No que diz respeito à sinalização em Braille ou em fonte ampliada e piso tátil para pessoas com deficiência visual, o palácio-museu não possui em nenhum ambiente interno ou externo ao museu.

Fazendo uma análise comparativa entre as instituições, os museus da grande Aracaju têm características de acessibilidade parecidas, assim como os museus de Aracaju também possuem semelhança entre si, mas difere dos localizados em São Cristovão. Na tabela 1 uma visão geral dessas características.

Tabela 1: Acessibilidade de espaço

Condições de acessibilidade	Museu Olympio Campos	Museu da Gente Sergipana	Museu de Arte Sacra	Museu Histórico de Sergipe
Circulação da rua ao prédio	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Circulação interna	SIM	SIM	NÃO	SIM
Banheiros adaptados	SIM	SIM	SIM	SIM
Rampas e/ou elevadores	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Piso Tátil	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Mobiliário	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Pesquisa de campo, observação direta e entrevista nos museus pesquisados.

Assim percebemos que a predominância da barreira é em relação ao piso tátil para deficientes visuais que não se encontra em nenhum dos museus analisados. No próximo item será feita também, uma comparação acerca dos itens informativos e de acesso aos serviços.

4.2.2 Acessibilidade de informação e atitudinal

No **Palácio-Museu Olímpio Campos** não há materiais de divulgação como folhetos, cartilhas, etc em Braille para pessoas com deficiência visual nem em fonte

ampliada para as pessoas com baixa visão. Para as pessoas com deficiência visual, o museu dispõe de painéis eletrônicos com aviso sonoro.

Foi informado pelo entrevistado também que todos os colaboradores, inclusive da área de atendimento receberam treinamento de Libras para as pessoas com deficiência, mas que pela falta de público frequente nem todos tem o domínio da língua.

No **Museu da Gente Sergipana** a condição é semelhante, pois, também não há materiais de divulgação em Braille para pessoas com deficiência visual nem em fonte ampliada para as pessoas com baixa visão. No entanto, o museu dispõe de educadores, o qual realizam orientação e explicações aos visitantes, que fazem tradução de libras além de outros de tradução das línguas estrangeiras: inglês e espanhol.

No **Museu Histórico de Sergipe** e no **Museu de Arte Sacra de São Cristovão** não foi encontrado nenhum tipo de material de divulgação em Braille nem com sistema sonoro. No museu de arte sacra um dos funcionários possui conhecimento adquirido durante a faculdade da língua Libras, no entanto com o passar do tempo e a falta de prática, hoje não tem mais o domínio. Já no MHS a informação passada é que nenhum dos funcionários tem domínio da língua Libras. Abaixo, a tabela 2 apresenta uma visão geral e comparativa das características apresentadas neste tópico.

Tabela 2: Acessibilidade de informação

Acessibilidade de informação	Museu Olympio Campos	Museu da Gente Sergipana	Museu de Arte Sacra	Museu Histórico de Sergipe
Interprete de Libras	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Materiais em Braille	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Materiais em fonte ampliada	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Sistema Sonoro	SIM	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: Pesquisa de campo, observação direta e entrevista nos museus pesquisados.

Diferente do que encontrou Santos (2009) em sua pesquisa, aqui não foi encontrada iniciativa para atividades adaptadas ou programadas a pessoas com

deficiência, que foi justificada pela coordenadora de museologia do museu-palácio, que isso se dá pela ausência frequente desse público.

Isso não justifica, pois na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), artigo 1º garante que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” (BRASIL, 2009). Neste artigo entende-se que todos deveriam ter direito a liberdade e igualdade, mas a realidade é que se encontram diversas formas de exclusão.

Outro ponto da DUDH é o artigo 27, voltado para a cultura:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor. (BRASIL, DUHH, 2009).

E por último vale destacar, mais uma vez, a meta de número 28 e 29 do PNC, que tem a meta de aumentar em 60% o número de visitantes aos espaços culturais e atingir 100% de acessibilidade, nestes, para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos espaços, acervos e atividades lá desenvolvidas respectivamente. Assim, é possível que o público não frequente as instituições pesquisadas justamente pelas barreiras impostas aos mesmos.

4.3 Dificuldades e implantação de projetos

Em resposta as perguntas fechadas, foi reconhecido pela assessora técnica do MHS que o museu não possui acessibilidade para com as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A mesma afirmou que não só o museu como também a cidade não possui estrutura para receber essas pessoas. Lembrando que o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de São Cristóvão é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN desde 23 de janeiro de 1967, a Cidade foi elevada à categoria de monumento histórico pelo Governo do Estado de Sergipe, através do Decreto-Lei Estadual N.º 94, de 22 de junho de 1938 e que a Praça São Francisco, onde o museu está inserido é

reconhecido como patrimônio histórico da humanidade pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO.

Sobre as dificuldades, foi informado que há falta de oferta de treinamentos necessários, como cursos de libras, carência de profissionais na área de libras, arquitetura e engenharia para criação de um plano de mobilidade para inserção do público com necessidades especiais.

Faltam profissionais que sejam capacitados em libras e arquitetura. Vejo a necessidade mais de um arquiteto do que um engenheiro. Mas essa necessidade, como somos uma instituição ligada a SECULT, ela vem, a meu ver, de cima pra baixo, da SECULT pra a instituição. Lá, há pessoas de arquitetura que provavelmente foi quem fez o projeto quando o museu esteve fechado para restauração de 2007 a 2009. Provavelmente foi durante esse período que eles elaboraram esse projeto de acessibilidade, mas nunca foi executado”. (ENTREVISTADA DO MHS, 2015).

Outro fator é a falta de verbas para realização de obras ou adaptações, pois todo investimento que é feito para o museu depende da SECULT. Quando perguntado se já houve alguma iniciativa do museu junto a SECULT, a mesma não soube informar, o que se sabe é a existência do projeto anteriormente falado, para implantação de um elevador que deveria ter sido concretizado em 2009, quando houve a restauração para a reabertura do museu.

Outro argumento apresentado que dificulta as adaptações é devido o prédio ter uma arquitetura antiga e ser tombado, apesar da existência de prédios antigos e tombados, mas que possuem estruturas acessíveis. Porém de acordo com o art. 30 do Decreto Federal nº 5.296/2004, que regulamentou a Lei Federal 10.098/ 2000, a adaptação de bens culturais imóveis deve estar de acordo com a Instrução Normativa n.º 1 do IPHAN, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a acessibilidade em bens culturais imóveis. No item 1.1 da normativa diz:

Tendo como referências básicas a LF 10.098/2000, a NBR 9050 da ABNT e esta instrução normativa as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público”. (ITEM 1.1 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 1/2003).

No item 3.7 também desta normativa fala sobre as intervenções com relação à arquitetura:

a intervenção arquitetônica ou urbanística contará com o registro e a indicação da época de implantação, o tipo de tecnologia e de material utilizados, a fim de possibilitar a sua identificação, privilegiando-se os recursos passíveis de reversibilidade, de modo a permitir a inclusão de novos métodos, tecnologias ou acréscimos. (ITEM 3.7 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 1/2003).

A entrevistada tem conhecimento de todo o processo para readaptação, mas afirma que “a questão da acessibilidade vai emitir uma burocracia maior pelo motivo do prédio ser tombado” (ASSESSORA TÉCNICA DO MHS em entrevista 24/11/2015). Ao mesmo tempo ela acha que as exigências das normativas referente a acessibilidade não dificultam as adaptações, pelo contrário “as normas são feitas para facilitar a vida daquelas pessoas que tem a dificuldade, então eu não vejo muito problema se elas servem para facilitar, ajudar”. (ASSESSORA TÉCNICA DO MHS em entrevista 24/11/2015).

Desta forma existem sim, possibilidades de adaptações que possam suprimir as barreiras encontradas, para que haja inclusão não só nesse museu, como em outros com situação semelhante como é o caso do Museu de Arte Sacra de São Cristovão. Neste, a entrevistada afirmou que a maior carência de profissionais é na área de libras e tradutor de língua estrangeira.

Quanto à questão de verbas a mesma informou que o prédio e acervo pertencem à Arquidiocese e não recebe verbas, apenas os funcionários que são mantidos pelo governo do estado de Sergipe. O único meio de arrecadação é da taxa cobrada para visitação que serve para manter os serviços básicos de limpeza e administrativo e através do IPHAN quando há reformas.

A entrevistada afirma ter conhecimento das normas acerca de acessibilidade, mas do ponto de vista da pesquisadora o conhecimento tido pela mesma é que o IPHAN instrui as normas de acessibilidade, mas quais são essas normas, ela não tem conhecimento. A entrevistada também assegura que devido o prédio ser tombado isso dificulta a realização de obras:

A cidade é tombada pelo patrimônio, essa brasão é um jogo arquitetônico então, quando vem uma reforma ou revitalização é de

acordo com o IPHAN. Então é por esse caminho que nós recebemos ajuda ao contrário, nenhum. (ENTREVISTADA Museu de Arte Sacra de São Cristovão, 2015).

Quanto as exigência das normas de acessibilidade a entrevistada acha que dificulta, pois para ela:

Exigem demais e não procuram fazer benefícios, principalmente a divulgação do Museu em folders, catálogos, tudo isso tem que ter um projeto para se planejar e ser realizado. (ENTREVISTADA Museu de Arte Sacra de São Cristovão, 2015).

No que diz respeito a projetos de melhoria ou implementação para acessibilidade, a entrevistada informou que até o presente momento não. Sabe-se que o conselho da instituição, composto por pessoas da Arquidiocese, se reuniu para planejar projetos, mas até o momento não foi passado aos funcionários. Houve em 2012, durante a revitalização do museu um projeto em que estava incluída a implantação de elevador, segundo a entrevistada “um projeto patrocinado pela Petrobras, então o projeto foi elaborado no intuito de fazer um elevador e até o momento esse elevador não foi construído”.

Ela, também informou que era de responsabilidade da Arquidiocese, órgão responsável pelo museu, ter acompanhado a revitalização para conferir se tudo que estava no projeto teria sido cumprido.

“Está faltando um arquiteto, uma equipe completa, não é só o diretor, pois quem coloca o Museu pra frente são os funcionários, mas se não tiver uma equipe forte pra poder incentivar e colocar os projetos em dias, nada feito” (ENTREVISTADA Museu de Arte Sacra de São Cristovão, 2015).

Verificamos que nesse tópico, projetos de implantação ou melhoria da acessibilidade, ambos os museus tem proposta que já deveriam ter sido aplicadas, no entanto, a realidade é diferente, não existe uma fiscalização a fim de garantir a implantação dos mesmos.

Do Palácio Museu Olímpio Campos, o qual não foi permitido gravação, a maioria das perguntas foram respondidas de forma breve sem muitos detalhes. Os pontos apontados como dificuldade para oferta de plena acessibilidade na instituição

foi devido ao prédio ser tombado e o acentuado grau de exigências presentes nas normas sobre acessibilidade.

No que se refere aos projetos de melhoria e ou implementação de ações voltadas para a acessibilidade, o entrevistado informou que há um projeto para tradução dos textos de apoio em Braille.

No Museu da Gente Sergipana a informação possível obtida sobre projetos de implantação e melhorias na acessibilidade do museu foi passada por uma das educadoras. Segundo ela, já existe um projeto para implantação de textos em Braille no museu, a fim de completar a estruturação na acessibilidade do museu.

5 CONCLUSÃO

A questão central desta pesquisa foi responder à pergunta “quais as condições de acessibilidade para a inserção do público com necessidades especiais nos museus da grande Aracaju?”.

As conclusões aqui dispostas estão diretamente ligadas com os objetivos: a) identificação dos museus; b) caracterização do ambiente das instituições pesquisadas quanto a acessibilidade e; c) projetos de implantação ou melhoria da acessibilidade proposto pelos museus. Ao longo deste trabalho, foram discutidas as questões referentes à acessibilidade em museus, embasados em leis, decretos, planos, instruções normativas e contribuições teóricas a fim de dar sustentação à temática trabalhada e responder a questão central proposta.

As entrevistas realizadas visando melhor conhecer as instituições museológicas e a oferta de acessibilidade levando em conta as normas da ABNT como previsto na Instrução Normativa do IPHAN, teve respaldo positivo quanto às respostas dadas pelos entrevistados sendo substancial para as conclusões.

A partir delas, junto com a observação direta, chegou-se ao fato que em ambos os museus da grande Aracaju, localizados em São Cristovão, há falta de acessibilidade para todos os tipos de deficiência (visual, física, mental e auditiva). As barreiras se iniciam desde a entrada das instituições até a locomoção dentro da instituição para ter acesso ao acervo cultural exposto, indo contra o proposto na DUDH, que é garantir ao cidadão o direito de participação livre na vida cultural da sua comunidade, assim como de fruir das artes e das ciências e produzi-las, sendo assegurados a proteção de seus interesses morais e materiais ligados a essas produções intelectuais (DUDH, 2009).

No Museu Palácio Olímpio Campos e Museu da Gente Sergipana, a caracterização identificada na entrevista junto com a observação direta, trouxe a conclusão que possuem acessibilidade em partes. O museu possui toda estrutura para suporte as pessoas com deficiência física ou de mobilidade reduzida. No entanto, há uma deficiência na estrutura para atender a deficientes visuais e auditivos, ou seja, não oferta acessibilidade plena.

No ponto de melhorias ou projetos a serem implementados, percebeu-se pouca preocupação. Primeiro, de não se perceber iniciativas por parte das instituições em buscar melhorias alegando não receber esse público com frequência que, no entanto, a sua ausência pode estar explicada pela falta de estrutura para recebê-los, como salientado no capítulo anterior. Segundo, em dois dos museus analisados (MHS e Museu de Arte Sacra de São Cristovão) já existe o projeto para cada um de implantação de elevador que deveriam ter ocorrido em 2009 e 2012 respectivamente, mas durante as reformas não tiveram os projetos executados.

O Museu de Gente Sergipana foi o único que não foi possível um aprofundamento maior a respeito dos projetos, pois como anteriormente explicado, a autorização dada pelo superintendente do Instituto BANESE para realização de entrevista com a coordenadora de Museologia foi perdida. No entanto, a educadora entrevistada durante observação, demonstrou que a equipe do museu se preocupa com a questão da acessibilidade.

Apesar das entrevistas não terem sido realizadas diretamente com os gestores, foi notório durante as conversas que nenhum possui experiência em Gestão Cultural. No MHS, o gestor é presente nas atividades do museu, porém sua gestão é muito recente e ainda não foi desenvolvido nenhum trabalho acerca do tema. Já no de Arte Sacra de São Cristovão, as informações passadas é que o gestor é ausente devido à outra atribuição, ser padre. Em Aracaju, o museu-palácio possui uma estrutura maior, em relação a colaboradores, mas também com uma gestão recente, sem experiência em gestão cultural, e que não fora desenvolvidos trabalho acerca da acessibilidade.

Deste modo, podemos considerar que nenhum dos museus pesquisados possui acessibilidade plena para inserção do público com necessidades especiais. Esperamos que as reflexões apresentadas nesse trabalho possam contribuir de forma expressiva para os que os gestores culturais possam observar de maneira mais significativa a questão da acessibilidade para uma inclusão social das pessoas com deficiência, já que lhes são assegurados essas condições de viver em plenitude em nossa Carta Magna, é importante que sociedade civil, estado e organizações privadas trabalhem a fim de garantir que todos possuam, de fato, acesso aos museus sergipanos.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Considerando a questão de pesquisa respondida neste trabalho, onde se afirma que os museus não possuem estrutura para inserção do público com necessidades especiais, podemos fazer recomendações para trabalhos futuros.

A primeira seria um trabalho de maior abrangência, que pesquisasse as condições de acessibilidade em todos os museus do Estado de Sergipe. Uma segunda pesquisa seria delinear o perfil do gestor cultural nas unidades museológicas do Estado de Sergipe, levando em conta as formas de surgimento do Gestor Cultural como abordado por Cunha. Entendemos que trabalhar a questão da acessibilidade, é uma questão sociológica a ser vista pelos diversos tipos de profissionais, independente do seu campo de atuação.

Além disso, seria importante analisar se existem ações, seja da sociedade civil, seja de empresas privadas, que ajam, juntamente com o estado, na busca por uma melhoria nos serviços dos museus do estado.

Consideramos também importante realizar a mesma pesquisa em outros estados do Brasil, a fim realizar comparações com o resultado dessa pesquisa e traçar um panorama do quadro brasileiro a respeito de acessibilidade em museus.

6 REFERENCIAS

ABNT. **NBR 9050**: 2015. Disponível em: <

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf> Acesso em: 20 outubro 2015

_____. **NBR 13.994**: 2000. Disponível em: <[http://www.crea-](http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2013994.pdf)

[sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2013994.pdf](http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2013994.pdf) > Acesso em: 19 outubro 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. Peirópolis, 2009.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. RJ, 2009. Disponível em:

<<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em 15 outubro 2015.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Diário Oficial Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dezembro 2004.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.

Diário Oficial Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 novembro 2011. Seção 1 fl .

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Diário Oficial Republica Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dezembro 2010.

_____. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial Republica Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dezembro 2000.

_____. **Tribunal de Contas da União**, 2012. Disponível em: <

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2534475.PDF>>. Acesso em 30 maio 2015.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da

Cultura, 2014. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/>>. Acesso em: 10 setembro 2015.

Cultura e Mercado. **Renovando a Gestão de Museus**. Disponível em:
<<http://www.culturaemercado.com.br/gestao/58187/>> Acesso em: 18 janeiro 2015.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural**: construindo uma identidade profissional.
In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador:
UFBA, 2007. Disponível em: <
<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MariaHelenaCunha.pdf> > Acesso em: 10 outubro
2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas,
2010.

IBGE. **Censo 2010**, 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso
em 25 agosto 2014.

IPHAN. **Instrução Normativa** de nº 1, 25 de novembro de 2003. Disponível em:
http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/instrucao_01_2003.pdf
Acesso em: 25 agosto 2014.

_____. **Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN**, de 13 de agosto de 1985,
Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN, 29 dezembro 1941. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 05 novembro 2015.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos
científicos**. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da
metodologia científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Patricia Roque. **A inclusão social tem influência nas práticas
museais? O acesso dos públicos com deficiência. Midas** [Online], 2013.
Disponível em: <<http://midas.revues.org/246>>. Acesso em: 20 julho 2014.

MASON, Timothy. **Gestão Museológica**: Desafios e Práticas. São Paulo: Editora da
Universidade de São Paulo: BritishCouncil: Vitae, 2004. Disponível em:
http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro7.pdf. Acesso em: 12
fevereiro 2015.

MinC. Instituto Brasileiro de Museus. **Plano Nacional Setorial de Museus**, Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: < <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>. Acesso em 10 setembro 2015.

NETO, Manoel Marcondes Machado; FERREIRA, Lusia Angelete. **Economia da Cultura**: contribuições para a construção do campo e histórico da gestão de organizações culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Ciência Moderna LTDA, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Sônia. Museus Inclusivos: realidade ou utopia? **Biblioteca Digital**, 2009. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1356id2411&sum=sim>> Acesso em: 01 julho 2014.

SERGIPE. **Secretaria de Estado da Cultura**, 2015. Disponível em: < <http://cultura.se.gov.br/unidades>>. Acesso em: 14 fevereiro 2015.

_____. Decreto 94, de 22 de junho de 1938. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Poder Executivo, Sergipe, Aracaju, 23 junho 1938.

_____. Decreto nº22.148, de 8 de setembro de 2003. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Poder Executivo, Sergipe, Aracaju, 9 setembro 2003.

_____. Lei estadual nº6874, de 11 de janeiro de 2010. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Poder Executivo, Sergipe, Aracaju, 12 janeiro 2010.

UFS. **RESOLUÇÃO Nº 75/2006/CONEP**. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Secretariado Executivo Bacharelado - Curso 370 e dá outras providências. 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APÊNDICE

